



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

O presente documento visa analisar a viabilidade da contratação pretendida, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades desta Unidade Administrativa.

1. Dados do Processo:

Órgãos Responsáveis pela Contratação (gerenciador):	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Responsáveis pela Contratação	Jose Felício da Silva
Orgão(s) Participante(s):	NENHUM
Objeto:	AQUISIÇÃO DE BATERIAS, PNEUS, FILTROS E DERIVADOS DE PETROLEO DESTINADO AOS VEICULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR LOTADOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO ENSINO MEDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARARENDÁ/CE. (CONVENIO SEDUC-ESTADO)

2. Normativos que disciplinam o objetivo da contratação pretendida:

- ☐ inciso I do Art. 28, da Lei nº 14.133/2021;
- ☐ Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com suas alterações;
- ☐ IN 73/2022 de 30 de setembro de 2022;

3. Necessidade da Contratação:

3.1. A presente solicitação tem por finalidade justificar a **aquisição de baterias, pneus, filtros e derivados de petróleo** destinados à manutenção e operação dos veículos utilizados no **Transporte Escolar** das unidades educacionais de Ensino Médio da **Secretaria de Educação do Município de Ararendá/CE**, no âmbito do **Convênio SEDUC – Estado do Ceará**. A frota de transporte escolar desempenha papel essencial no deslocamento diário dos estudantes da rede pública estadual, garantindo o acesso regular e seguro às atividades escolares. Considerando que esses veículos são submetidos a uso contínuo, percorrendo rotas extensas e, em alguns casos, estradas não pavimentadas, torna-se indispensável manter sua manutenção preventiva e corretiva em dia, assegurando condições adequadas de funcionamento. Os itens descritos **“baterias, pneus, filtros de óleo, filtro de ar e filtro de combustível, bem como demais derivados de petróleo como lubrificantes e fluidos”** são componentes de desgaste natural, cuja substituição periódica é necessária para evitar falhas mecânicas, aumentar a vida útil dos veículos, reduzir custos com reparos de maior gravidade e, principalmente, preservar a segurança dos alunos e motoristas. Além disso, a manutenção adequada da frota é uma exigência prevista nas normativas do transporte escolar, sendo responsabilidade do ente municipal garantir que os veículos estejam em conformidade com os padrões de segurança estabelecidos pelos órgãos competentes. Diante do exposto, a aquisição dos materiais solicitados é imprescindível para garantir o pleno funcionamento dos veículos, a continuidade dos serviços de transporte escolar e o cumprimento das obrigações assumidas pelo Município junto ao **Convênio celebrado com a SEDUC/CE**. Assim, justifica-se plenamente a necessidade da presente contratação, por se tratar de medida urgente e essencial para a manutenção da qualidade e segurança do transporte escolar oferecido aos estudantes da rede pública estadual.

4. Referência ao Plano de Desenvolvimento Institucional/ Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento:

4.1. A presente contratação está relacionada aos objetivos estratégicos do Planejamento Administrativo do Município, que tem o dever de prover soluções tecnológicas integradas, seguras, responsáveis, inteligentes e



articuladas entre as suas diversas unidades escolares, de modo que possam garantir a disponibilidade, utilização oportuna, sustentável e eficiente dos recursos financeiros para o alcance das metas e resultados estipulados e consequente melhoria dos serviços ofertados à população do município de Ararendá-CE.

4.2. O objeto desta solução está alinhado com o previsto no Programa de Ações da Secretaria, não compondo o Plano de Contratação Anual (PCA), em virtude de benefício imprevisível à época da sua elaboração.

5. Requisitos da Contratação:

5.1. Natureza da Contratação:

5.1.1. Constitui de aquisição de bem comum, pois os padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos com base em especificações usuais no mercado, conforme Acórdão nº 2.471/2008-TCU-Plenário. Assim, sugere-se a adoção da modalidade Pregão: "Consideram-se bens comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado. Bens comuns são ofertados, em princípio, por muitos fornecedores e comparáveis entre si com facilidade."

5.1.2. A aquisição acima elencada enquadra-se na classificação de bens comuns, nos termos do inciso XIII do artigo 6º, da Lei 14.133, de 2021.

5.1.3. Para salvaguardar a observância do interesse público na gestão de suas atividades, como regra geral, compete à Administração Pública realizar regular procedimento licitatório previamente às suas contratações, em consonância com os princípios e disposições legais constantes na Constituição Federal de 1988 (art. 37, inc. XXI) e na Lei nº 14.133/21.

5.1.4. Conclui-se que a aquisição de **baterias, pneus, filtros de óleo, filtro de ar e filtro de combustível, bem como demais derivados de petróleo como lubrificantes e fluidos**, configura-se na realidade desta unidade administrativa demandante como *"fornecimento continuado"*, por isso se amolda à hipótese de prorrogação prevista no art. 107 da Lei 14.133/21.

5.2.5. Contudo, a sugestão é pela contratação via Pregão por **modo convencional** e não meio do Sistema de Registro de Preços, haja vista a demanda possuir quantitativos pre-definidos e exatos.

5.2.6. Duração Inicial do contrato:

5.2.6.1. O prazo de vigência do Contrato é de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.3. Sustentabilidade:

5.3.1. No uso das instalações do Órgão Gerenciador, a CONTRATADA se obriga, sob as penas previstas na Lei, a respeitar e obedecer a todas as normas e exigências necessárias à proteção da integridade física e da saúde dos funcionários, bens e equipamentos dos respectivos órgãos e de terceiros, bem como a atender os procedimentos disponibilizados de forma a evitar quaisquer danos ao meio ambiente, ao patrimônio, às instalações e à imagem dos órgãos públicos do município.

5.3.1.1. A inobservância ou o descumprimento por parte da CONTRATADA, de quaisquer das regras de segurança e meio ambiente importará na adoção, pela fiscalização, de acordo com a gravidade da transgressão e na forma da legislação vigente, das medidas de Suspensão imediata dos fornecimentos, podendo ocasionar a rescisão contratual, garantida a ampla defesa;

5.3.1.2. Caberá, ainda, à CONTRATADA, reparação de danos que tenha dado causa ao meio ambiente, bem como o eventual pagamento de todas e quaisquer despesas, incluindo multas, judiciais e administrativas, decorrentes da inobservância;

5.3.1.3. A CONTRATADA deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal de 1988, e em conformidade com o art. 5º da Lei nº 14.133/21 e com o art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010;

5.1.3.4. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

5.1.3.5. A aquisição de material de **baterias, pneus, filtros de óleo, filtro de ar e filtro de combustível, bem como demais derivados de petróleo como lubrificantes e fluidos**, foi planejado e orientado por critérios de



sustentabilidade. Aqui estão algumas diretrizes relevantes:

1. **Ciclo de Vida do Objeto:**

- o Consideramos o **ciclo de vida** completo dos bens adquiridos, desde a fabricação até o descarte.
- o Priorizamos produtos duráveis, com menor impacto ambiental em todas as fases.

2. **Certificações e Rótulos Sustentáveis:**

- o Baterias: Certificação INMETRO; Aderência a normas ABNT aplicáveis; Selo de comprovação de logística reversa ou programa de recolhimento. Pneus: Certificação INMETRO e Programa Brasileiro de Etiquetagem (PBE); Rótulos que indiquem eficiência energética de rodagem e menor emissão de ruído; Comprovação de origem de fabricação regular, evitando produtos de reuso irregular. Filtros: Certificação de qualidade ISO (ex.: ISO 9001 / ISO 14001); Especificações técnicas de retenção de partículas e eficiência compatíveis com o motor. Derivados de Petróleo (lubrificantes) Especificações API, ACEA e/ou OEM; Selos de qualidade e conformidade com requisitos ambientais, como teor reduzido de compostos nocivos.

3. **Eficiência Energética:** Pneus com baixa resistência ao rolamento reduzem o consumo de combustível e aumentam a eficiência energética. Filtros de alta eficiência diminuem o desgaste do motor, evitando consumo excessivo. Lubrificantes com maior estabilidade térmica melhoram o desempenho e reduzem emissões. Baterias de maior capacidade e menor taxa de autodescarga prolongam o ciclo de vida e reduzem o descarte.

4. **Materiais e Reciclabilidade:**

- o Prefirimos materiais recicláveis e de baixo impacto ambiental.
- o Verifique se os produtos podem ser reciclados após o uso.

5. **Margem de Preferência:**

- o A Lei nº 14.133/2021 permite a aplicação de **margem de preferência** para produtos sustentáveis.
- o Terá preferência os fornecedores que ofereçam produtos alinhados com critérios sustentáveis.

6. **Descarte Responsável:**

- o Planeje o descarte adequado dos bens ao final de sua vida útil.
- o Isso inclui a destinação correta de equipamentos eletrônicos e materiais plásticos.

7. **Inovações Tecnológicas:**

- o Esteja atualizado sobre novas tecnologias e tendências sustentáveis.
- o Por exemplo, monitores de baixo consumo de energia ou móveis produzidos com materiais reciclados.

5.1.3.6. Em resumo, a aquisição sustentável desses itens contribuirá para a preservação ambiental, eficiência e responsabilidade no município de Ararendá-CE.

5.4. Transição Contratual:

5.4.1. Pelas características da contratação, onde não há transferência de conhecimento, tecnologia ou técnicas empregadas, não há a necessidade de transição contratual.

5.5. Modelo de Execução do Objeto:

5.5.1.1. Fornecer os insumos e materiais de forma parcelada, conforme o preço contratado, de acordo com a conveniência, a necessidade e disponibilidade financeira da contratante;

5.5.1.2. Fornecer os insumos e materiais, objetos desta contratação em conformidade com as especificações definidas no Documento de Formalização de Demanda e Termo de Referência;

5.5.1.3. Disponibilizar para a contratante os meios de contatos necessários para a boa comunicação entre as partes, sendo, os endereços físicos, fac-símiles, telefones para contato e endereço eletrônico para recebimento e envio de correspondências, e-mails com ordens de fornecimento e comunicados;

5.5.1.4. Toda entrega de insumos e materiais deverá ser solicitada através de ordem de fornecimento assinada e carimbada pelo Ordenador de Despesas da Secretaria de Educação do Município de Ararendá-CE;

5.5.1.5. A ordem de compra/autorização de fornecimento emitida conterá o produto pretendido conforme especificações a respectiva quantidade, devendo ser entregue/enviada ao responsável legal da empresa no seu endereço físico, ou enviada via fac-símile ao seu número de telefone, ou ainda remetida via e-mail ao seu endereço eletrônico, cujos dados constem do cadastro ou da documentação apresentada;

5.5.1.6. Entregar os materiais em no máximo 5 (cinco) dias após o recebimento da ordem de fornecimento, sendo



observadas as determinações e orientações constantes dela, o fornecedor deverá fazer a entrega do produto no local indicado, dentro do prazo e horários previstos, oportunidade em que receberá o atesto declarando a entrega dos insumos e materiais;

5.5.1.7. O aceite dos insumos e materiais pelo órgão recebedor não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade, qualidade ou disparidade com as especificações estabelecidas na tabela Sinapi da contratação quanto aos insumos e materiais entregues;

5.5.1.8. No caso de constatação de que os insumos e materiais foram fornecidos de forma inadequada em relação às normas e exigências especificadas no edital, termo de referência e contrato, a administração os recusará, devendo ser de imediato ou no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas adequados às supracitadas condições, sob pena de aplicação das penalidades cabíveis, na forma da lei;

5.5.1.09. Apresentar à contratante, acompanhado da nota fiscal, toda a documentação necessária para comprovação da regularidade fiscal e trabalhista;

5.5.1.10. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o produto e/ou derivado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções conforme Termo de Referência, fonte da contratação;

5.5.1.12. A contratada será responsabilizada por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados e/ou preposto, quando do cumprimento do objeto da pretensa contratação, decorrentes de dolo, negligência, imperícia ou imprudência;

5.5.1.13. A contratada deverá manter quadro de pessoal suficiente para o fornecimento dos insumos e materiais a serem contratados, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, falta ao serviço ou demissão de empregados, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

5.5.2. Requisitos Necessários:

5.5.2.1. O licitante interessado deverá apresentar comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto, mediante apresentação de no mínimo 01 (um) atestado, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado do ramo pertinente, que comprove aptidão para o fornecimento dos produtos a serem contratados; o atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica, contendo o CNPJ, a razão social e o endereço da empresa, identificação do e função do assinante.

5.5.3. Relevância dos Requisitos Estipulados:

5.5.3.1. A exigência de comprovação de aptidão nos requisitos acima, para a perfeita execução do fornecimento é crucial para garantir sua eficiência, funcionalidade do(s) produto(s). Ao definir os requisitos para a apresentação de atestado de capacidade técnica, é necessário considerar diversos aspectos que impactam diretamente na qualidade do produto, bem como no bem-estar dos usuários.

5.5.3.2. Demonstração de Expertise e Experiência: O atestado de capacidade técnica funciona como uma **prova documental** da expertise e experiência da empresa/profissional licitante em áreas específicas. Através da análise dos atestados, a Administração Pública pode avaliar se a empresa possui:

- **Experiência prévia em fornecimento semelhantes:** Demonstra familiaridade com os desafios e requisitos específicos do objeto licitado.

- **Recursos técnicos e tecnológicos adequados:** Garante a capacidade da empresa de fornecer os produtos com eficiência e dentro dos prazos estabelecidos.

5.5.3.2. Conclusão: A exigência de atestado de capacidade técnica em licitações é uma medida essencial para garantir a **qualidade, segurança e confiabilidade** dos serviços públicos, além de promover a **concorrência justa, a segurança jurídica e a transparência** nos processos licitatórios. Ao estabelecer critérios claros e objetivos, a Administração Pública pode garantir a seleção da empresa mais qualificada para executar o objeto licitado, atendendo aos interesses da sociedade. A escolha da empresa mais qualificada garante a entrega de produtos de qualidade à população. A exigência do atestado de capacidade técnica contribui para a boa gestão dos recursos públicos.

5.5.4. O prazo de entrega do(s) produto(s) é de **05 (cinco) dias**, contados da solicitação do Setor requisitante através da expedição de ordem de compra, em remessa única ou parcelada, de acordo com a necessidade da



Unidade administrativa, a ser encaminhado diretamente ao e-mail da empresa. O bem será recebido provisoriamente, pelo responsável fiscal de contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta de preços. O(s) Produto(s) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. O(s) Produto(s) será(ão) recebido(s) definitivamente no prazo de **3 (três) dias**, pelos solicitantes, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do bem e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.5. Da exigência de amostra

5.5.1. Não serão exigidas amostras dos itens ora licitados.

5.6. Subcontratação

5.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

5.7. Garantia da contratação

5.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21

5.8. Garantia de Participação

5.8.1. Será exigido garantia de participação nos termos do artigo 58 da Lei nº 14.133/21.

5.9. INFORMAÇÕES PARA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO:

5.9.1. **Fundamento:** Lei n.º 14.133/2021.

5.9.2. Fornecimento:

() Fornecimento não continuado

(x) Fornecimento continuado

5.9.3. Tipo de Material

(X) Material de consumo

() Material permanente

() Serviços de Terceiros

5.9.4. Modalidade: Pregão

5.9.5. Forma de fornecimento:

(x) Por demanda

() Parcelada

() Integral

5.9.6. Tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte

(x) § 2º do art. 44 da Lei nº 123/2006 (empate ficto)

() inciso I do art. 48 da Lei nº 123/2006 (itens/grupos exclusivos)

() inciso II do art. 48 da Lei nº 123/2006 (subcontratação)

(x) inciso III do art. 48 da Lei nº 123/2006 (cota reservada)

() § 3º do art. 48 da Lei nº 123/2006 (benefício local e regional)

() Não se aplica.

6. Estimativa das Quantidades:

6.1. As definições dos quantitativos são baseados nas despesas dos exercícios anteriores, sendo o levantamento a seguir apresentado baseado nas despesas de cada veículo, conforme o quadro abaixo:

LOTE 01 - PNEUS, CAMARA E PROTETOR			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT



1	PNEU 1000/20, 60 MESES DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO RADIAL PRIMEIRA LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL	UNIDADE	72
2	PNEU 215/75 R 17,5 60 MESES DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO RADIAL PRIMEIRA LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL	UNIDADE	72
3	PNEU 275/80 R 22,5 DIRECIONAL 60 MESES DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO RADIAL PRIMEIRA LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL	UNIDADE	32
4	PNEU 275/80 R 22,5 TRACIONAL 60 MESES DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO RADIAL PRIMEIRA LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL	UNIDADE	60
5	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000/20	UNIDADE	60
6	PROTETOR DA CAMA DE AR 1000/20	UNIDADE	60
LOTE 02 - RODA AROS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
7	RODA ARO 20 PARA PNEU 1000/20 COM CAMARA	UNIDADE	6
8	RODA ARO 17,5 PARA PNEU 215/75 R 17,5	UNIDADE	6
9	RODA ARO 22,5 PARA PNEU 275/80 R 22,5	UNIDADE	6
LOTE 03 - OLEOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
10	OLEO 15W40 TAMBOR DE 20 LITROS	TAMBOR	80
11	OLEO ARLA TAMBOR DE 20 LITROS	TAMBOR	50
12	OLEO 90 TAMBOR DE 20 LITROS	TAMBOR	40
13	OLEO 140 TAMBOR DE 20 LITROS	TAMBOR	25
LOTE 04 - DERIVADOS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
14	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	LITROS	300
15	GRAXA AZUL 20KG	BALDE	30
16	GRAXA AZUL 10 KG	BALDE	30
17	ADITIVO PARA RADIADOR 1 LITRO	LITROS	100
LOTE 05 - BATERIAS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
18	BATERIA DE 100 FEITA COM TECNOLOGIA DE PONTA COM RESISTENTE A QUALQUER VARIAÇÃO DE TEMPERATURA, POSSUIR POTENCIA O BASTANTE PARA ASSEGURAR ENERGIA PARA TODOS OS SEUS ACESSORIOS E COMPONENTES ELETRONICOS DO VEICULO, COM MAIOR TEMPERATURA	UNIDADE	4
19	BATERIA DE 150 FEITA COM TECNOLOGIA DE PONTA COM RESISTENTE A QUALQUER VARIAÇÃO DE TEMPERATURA, POSSUIR POTENCIA O BASTANTE PARA ASSEGURAR ENERGIA PARA TODOS OS SEUS ACESSORIOS E COMPONENTES ELETRONICOS DO VEICULO, COM MAIOR TEMPERATURA.	UNIDADE	10
LOTE 06 - FILTROS			
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
20	FILTRO DE AR DO MOTOR	UNIDADE	50
21	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	50
22	FILTRO DE OLEO DO MOTOR	UNIDADE	50

6.2. Outro ponto que merecer destaque, é que foi observado as disposições dos itens para atender às empresas com tratamento jurídico diferenciado (ME/EPP/COOPERATIVA/MEI) na forma da Lei Complementar nº 123/06 alterada pela LC nº 147/14, onde detectou-se que a soma algum dos itens aglutinados em cada no lote, tornam o valor da contratação exclusivos às microempresas, empresas de pequeno porte e as cooperativas, haja vista seus valores estimados se enquadrarem **dentro** dos limites dispostos no inciso I do art. 48 da LC nº 123/2006, conforme segue:

LOTE 01 - PNEUS, CAMARA E PROTETOR – TIPO DECOTA – AMPLA PARTICIPAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR. UNIT	VALOR TOTAL
1	PNEU 1000/20, 60 MESES DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO RADIAL PRIMEIRA LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL	UNIDADE	72	R\$ 2.458,89	R\$ 177.040,08
2	PNEU 215/75 R 17,5 60 MESES DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO RADIAL PRIMEIRA LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL	UNIDADE	72	R\$ 1.512,80	R\$ 108.921,60
3	PNEU 275/80 R 22,5 DIRECIONAL 60 MESES DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO RADIAL PRIMEIRA LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL	UNIDADE	32	R\$ 2.523,78	R\$ 80.760,96
4	PNEU 275/80 R 22,5 TRACIONAL 60 MESES DE GARANTIA, COMPOSIÇÃO RADIAL PRIMEIRA LINHA FABRICAÇÃO NACIONAL	UNIDADE	60	R\$ 2.813,50	R\$ 168.810,00
5	CAMARA DE AR PARA PNEU 1000/20	UNIDADE	60	R\$ 151,63	R\$ 9.097,80
6	PROTETOR DA CAMA DE AR 1000/20	UNIDADE	60	R\$ 65,16	R\$ 3.909,60
VALOR TOTAL					R\$ 548.540,04
LOTE 02 - RODA AROS – TIPO DE COTA – EXCLUSIVA A ME/EPP/EQUIPARADAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR. UNIT	VALOR TOTAL
1	RODA ARO 20 PARA PNEU 1000/20 COM CAMARA	UNIDADE	6	R\$ 1.706,18	R\$ 10.237,08
2	RODA ARO 17,5 PARA PNEU 215/75 R 17,5	UNIDADE	6	R\$ 825,70	R\$ 4.954,20
3	RODA ARO 22,5 PARA PNEU 275/80 R 22,5	UNIDADE	6	R\$ 790,00	R\$ 4.740,00
VALOR TOTAL					R\$ 19.931,28
LOTE 03 – OLEOS – TIPO DE COTA – AMPLA PARTICIPAÇÃO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR. UNIT	VALOR TOTAL
1	OLEO 15W40 TAMBOR DE 20 LITROS	TAMBOR	80	R\$ 473,67	R\$ 37.893,60
2	OLEO ARLA TAMBOR DE 20 LITROS	TAMBOR	50	R\$ 108,83	R\$ 5.441,50
3	OLEO 90 TAMBOR DE 20 LITROS	TAMBOR	40	R\$ 694,68	R\$ 27.787,20
4	OLEO 140 TAMBOR DE 20 LITROS	TAMBOR	25	R\$ 760,88	R\$ 19.022,00
VALOR TOTAL					R\$ 90.144,30
LOTE 04 – DERIVADOS – TIPO DE COTA – EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR. UNIT	VALOR TOTAL
1	AGUA DESMINERALIZADA 1 LITRO	LITROS	300	R\$ 2,76	R\$ 828,00
2	GRAXA AZUL 20KG	BALDE	30	R\$ 850,90	R\$ 25.527,00



3	GRAXA AZUL 10 KG	BALDE	30	R\$ 493,35	R\$ 14.800,50
4	ADITIVO PARA RADIADOR 1 LITRO	LITROS	100	R\$ 44,95	R\$ 4.495,00
				VALOR TOTAL	R\$ 45.650,50
LOTE 05 – BATERIAS – TIPO DE COTA – EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR. UNIT	VALOR TOTAL
1	BATERIA DE 100 FEITA COM TECNOLOGIA DE PONTA COM RESISTENTE A QUALQUER VARIAÇÃO DE TEMPERATURA, POSSUIR POTENCIA O BASTANTE PARA ASSEGURAR ENERGIA PARA TODOS OS SEUS ACESSORIOS E COMPONENTES ELETRONICOS DO VEICULO, COM MAIOR TEMPERATURA	UNIDADE	4	R\$ 745,11	R\$ 2.980,44
2	BATERIA DE 150 FEITA COM TECNOLOGIA DE PONTA COM RESISTENTE A QUALQUER VARIAÇÃO DE TEMPERATURA, POSSUIR POTENCIA O BASTANTE PARA ASSEGURAR ENERGIA PARA TODOS OS SEUS ACESSORIOS E COMPONENTES ELETRONICOS DO VEICULO, COM MAIOR TEMPERATURA.	UNIDADE	10	R\$ 865,63	R\$ 8.656,30
				VALOR TOTAL	R\$ 11.636,74
LOTE 06 – FILTROS – TIPO DE COTA – EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR. UNIT	VALOR TOTAL
1	FILTRO DE AR DO MOTOR	UNIDADE	50	R\$ 94,77	R\$ 4.738,50
2	FILTRO DE COMBUSTIVEL	UNIDADE	50	R\$ 78,16	R\$ 3.908,00
3	FILTRO DE OLEO DO MOTOR	UNIDADE	50	R\$ 76,57	R\$ 3.828,50
				VALOR TOTAL	R\$ 12.475,00
				VALOR TOTAL GLOBAL	R\$ 728.377,86

7. Levantamento de Mercado e Justificativa da Escolha do Tipo de Solução a Contratar:

7.1. As Unidade Administrativa estão sendo motivada a invocar o instituto da contratação indireta por meio da licitação pública com o intuito de recrutar empresas do ramo do objeto pretendido para suprir a demanda existente de **baterias, pneus, filtros de óleo, filtro de ar e filtro de combustível, bem como demais derivados de petróleo como lubrificantes e fluidos**. Partindo dessa premissa, entende-se que há modelos de soluções capaz de atender o objeto, que é a promoção de licitação pública por meio de pregão em sua forma eletrônica, a fim de preservar a competitividade e a proposta mais adequada à Administração Pública, bem como afim de garantir o fornecimento do(s) produto(s) nos meses vindouros. Para que a contratação seja bem-sucedida e atenda perfeitamente à demanda das Unidades Administrativas, deverá ser adotado no edital o tipo de licitação menor preço por **lote** com o regime de fornecimento de **FORMA PARCELADA**.

7.2. Para atender a demanda objeto desta contratação buscou-se outros tipos de solução disponíveis no mercado, que seriam:

- Aquisição de **baterias, pneus, filtros de óleo, filtro de ar e filtro de combustível, bem como demais derivados de petróleo como lubrificantes e fluidos** por licitação na modalidade pregão eletrônico;
- Aquisição de **baterias, pneus, filtros de óleo, filtro de ar e filtro de combustível, bem como demais derivados de petróleo como lubrificantes e fluidos** por processo carona de outros órgãos Municipal, Estadual ou Federal;
- Aquisição **baterias, pneus, filtros de óleo, filtro de ar e filtro de combustível, bem como demais derivados de petróleo como lubrificantes e fluidos** por licitação na modalidade Concorrência;

7.3. A solução “a” foi a escolhida, pois a administração adquirirá produtos “comuns”, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente definidos no Documento de Formalização de Demanda, por meio de especificações usuais de mercado. Destarte, a solução não se amolda na alternativa “c”, uma vez que não se trata de bens especiais;

7.4. E dado o tipo de objeto, a modalidade indicada é o Pregão na sua forma eletrônica, sendo a mais adequada para esse tipo de contratação, definida no art. 28, inciso I, da Lei n.14.133/21.

7.5. Conforme pesquisas realizadas, podemos verificar no portal de licitações do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, que a contratação por meio do pregão eletrônico é a forma mais utilizada nas administrações dos órgãos públicos, sendo essa modalidade a que atrai mais empresas do ramo do objeto pretendido, tendo como principal vantagem a participação no certame a distância pelos licitantes interessados, verificando assim a desnecessidade deles comparecerem no local onde ocorre a Licitação. As propostas e lances serão todos apresentados pela Internet, abrindo oportunidade para qualquer concorrente espalhado no Brasil, ampliando a possibilidade de obter propostas mais vantajosas para a administração.

7.6. A seguir relacionamos abaixo os diversos procedimentos administrativos que tratam deste tipo de



contratação:

Município	Procedimento Licitatório	Objeto	Link de Acesso
VICOSA DO CEARA	PREGÃO ELETRÔNICO	AQUISIÇÃO DE BATERIAS, FLUIDOS, GRAXAS, LUBRIFICANTES, PNEUS E RECAPAGENS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/detalhes/proc/152800/licit/115917
JUCAS	PREGÃO ELETRÔNICO	AQUISIÇÃO DE BATERIAS, FILTROS, ÓLEOS, GRAXAS, CÂMARAS DE AR, VÁLVULAS, PROTETORES E PNEUS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I (TERMO DE REFERENCIA), DE RESPONSABILIDADE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DIVERSAS.	https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/detalhes/proc/141718/licit/108130
PINDORETAMA	PREGÃO ELETRÔNICO	Aquisição de Baterias, Pneus, Câmaras de Ar e Protetores de Câmara de Ar para atender as necessidades da frota de veículos das diversas Unidades Gestoras do Município de Pindoretama/CE	https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/index.php/licitacao/detalhes/proc/110003/licit/85689

7.7. Deste modo, recomendamos que a administração opte pela contratação de empresa(s) por meio de licitação pública na modalidade Pregão Eletrônico como a melhor solução de mercado para o atendimento das necessidades da(s) Unidade(s) Administrativa(s) do Município de Ararendá-CE.

7.8. Para que a contratação seja bem-sucedida e atenda perfeitamente à demanda da(s) Unidade(s) Administrativa(s), deverá ser adotado no edital o tipo de licitação menor preço por **lote** com o regime de fornecimento de **FORMA PARCELADA**, com modo de Disputa **ABERTO E FECHADO**.

7.9. Conforme o quadro acima podemos verificar que a contratação do objeto almejado se dá por meio do pregão Eletrônico do modo convencional e por meio de pregão eletrônico através de Registro de Preços, entretanto, entendemos que o pregão em sua forma **CONVENCIONAL** é a melhor solução, uma vez que trata-se de necessidade urgente e de natureza continuada, onde a demanda é **permanente, ano a ano**, podendo esta ser prorrogada nos termos dos Art. 107 da Lei 14.133/21, não havendo a necessidade da utilização do Sistema de Registro de Preços.

8. Estimativas de Preços ou Preços Referenciais:

8.1. Para a estimativa dos preços de mercado, o setor de compras e serviços da Prefeitura Municipal de Ararendá-CE, se utilizou de sistema locado (M2A) para obtenção de preços, exclusivamente a consulta aos sistemas oficiais de preços do governo e contratações públicas similares realizadas anteriormente. O Painel de Preços do governo e o banco de preços em saúde forneceram valores de referência confiáveis para serviços de manutenção e substituição de peças, consolidando uma base sólida de preços praticados no setor público. O Cálculo aplicado foi considerado a média aritmética do Valor Unitário de cada resultado, multiplicado pelo quantitativo. Sendo o Memorial de Cálculo a seguir: $TOTAL = Soma: (Valor \text{ Unitário das Pesquisas}) / (dividido) \text{ pelo número de achados do item X (vezes) o Quantitativo}$. Assim, fazendo-se cumprir o disposto no Art. 23, II da Nova Lei de Licitações (14.133/21).

9. Descrição da Solução como um todo:

9.1. Trata-se da contratação de empresa especializada no fornecimento de **baterias, pneus, filtros de óleo, filtro de ar e filtro de combustível, bem como demais derivados de petróleo como lubrificantes e fluidos**, produtos estes considerados indispensáveis na Secretaria de Educação para permitir o bom desempenho das atividades rotineiras e precípuas das unidades escolares e de outras atividades precípuas. Essa solução consiste, além das necessidades levantadas, buscar a contratação da proposta mais vantajosa para a administração. Para que a contratação seja bem sucedida e atenda perfeitamente à demanda da Secretaria, a contratada deverá possuir capacidade para a execução de fornecimento dos produtos/bens, bem como ser capaz de realizar as entregas nos prazos estabelecidos neste documento de acordo com as ordens de fornecimento recebidas. A empresa deverá cumprir ainda os requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira e atender os demais requisitos dispostos no instrumento convocatório, no qual, prevê que o presente certame deverá ser realizado na modalidade **Pregão Eletrônico, Convencional** com o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, critério de julgamento de menor preço por **LOTE**, com regime de execução/modo de fornecimento de forma **FORMA PARCELADA**.

10. Justificativas para o Parcelamento ou não da Solução:

10.1. O Art. 40, § 3º da Lei Federal nº 14.133/21, dispõe que: O parcelamento não será adotado quando: I - a



economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor; II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido; III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

10.2. A ordem instituída no dispositivo é clara no sentido de que o objeto seja parcelado a fim de melhor aproveitar a “ economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos e a maior vantagem na contratação” e de ampliar a “competitividade” do certame.

10.3. Os estudos concluem que o agrupamento do objeto é a melhor solução para a contratação, visto que a sua divisão é menor eficiente técnica e economicamente, representando crescente economia de escala. Dessa forma concluímos pelo **NÃO PARCELAMENTO** do objeto.

10.4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO POR GRUPO DE ITENS

10.4.1. A motivação dessa Administração Pública para realizar contratação por Grupo de itens, primeiramente foi por ser uma forma muito utilizada nas administrações dos órgãos públicos do nosso Estado, conforme precedentes de contratações realizadas pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará** utilizando-se do Pregão Eletrônico nº 06/2018; Pregão Eletrônico nº 11/2019 e Pregão Eletrônico nº 01/2020; **Tribunal de Justiça do Estado Ceará** utilizando-se do Pregão Eletrônico nº 19/2020; **Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará** utilizando-se do Pregão Eletrônico nº 011/2020; e **Assembleia Legislativa do Estado Ceará** utilizando-se do Pregão Eletrônico nº 119/2020, e ainda muito utilizado pela maioria dos municípios do Estado do Ceará, bastando para confirmar, efetuar consulta no Portal de Licitações dos Municípios do Estado do Ceará no Site do TCE/CE.

10.4.2. Por conseguinte, cumpre esclarecer que a fragmentação do objeto a ser licitado em itens acarretaria perda do conjunto ou da economia de escala, ocasionando também contratos de pequena expressão financeira, sendo economicamente desvantajoso para o contratado em vistas as altas despesas com impostos, mão-de-obra e logística para a entrega de poucos produtos, o que corriqueiramente ocorre, levando a administração à sérios problemas pela falta do(s) bem(ns), pela consequência da possível não assinatura do contrato ou a penalização do contratado por não cumprir com suas obrigações. E ainda resultaria na frustração da licitação.

10.4.3. Esse é o cenário de quando um concorrente arremata um único item ou poucos itens da licitação. Nesse caso, muitas vezes a entrega por esse(s) fornecedor(es) é no seu tempo, haja vista que não foi economicamente viável o arremate desse(s) item(ns), que em questões financeiras não lhe é viável. Daí está criada a problemática para a administração lidar com esse tipo de situação. Agora imagine então várias situações dessa mesma proporção? Todo o planejamento vai por “água abaixo”.

10.4.4. Diante da problemática demonstrada, a licitação de itens em grupo é a via técnica e economicamente mais viável aos anseios dessa administração, pois além de não restringir a competitividade pelo cuidado na composição dos grupos em seguimentos que possibilitam a participação de um universo de interessados, é a mais adequada a evitar os transtornos de recebimento e distribuição dos bens. Assim, tem-se a obediência aos princípios norteadores da razoabilidade, economicidade, isonomia e competitividade.

10.4.5. Em modelagens de licitação dessa natureza, é preciso demonstrar as razões técnicas, logísticas, econômicas ou de outra natureza que tornam necessário promover o agrupamento de itens como medida tendente a propiciar contratações mais vantajosas, comparativamente à adjudicação por item.

10.4.6. No entanto, os quantitativos mínimos a serem licitados, por sua vez, resguardam a economia de escala, ou seja, foi observado que quanto maior a quantidade do bem licitado, menor poderá ser o seu custo, até o limite em que a quantidade não importe, pois o preço manter-se-á reduzido. Isso retrata a possibilidade de um melhor preço de barganha, visando uma ampla concorrência do mercado.

10.4.7. Outrossim, a técnica utilizada no critério de julgamento por grupo de itens, não consta nenhum elemento que frustre o caráter competitivo do certame ou que limite a participação, tendo em vista que para a formação dos grupos constituídos de itens, essa Administração agiu com cautela, razoabilidade e proporcionalidade para identificar os itens que integraram os grupos, pois os itens agrupados guardaram compatibilidade entre si, observando-se, inclusive as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa e obter o menor preço possível, possibilitando aos interessados do ramo de atividade do objeto poderem perfeitamente fornecer os produtos na totalidade dos itens especificados nos grupos, sendo tecnicamente viável.

10.4.8. Contudo, essa Administração adotou tais procedimentos levando-se em conta as características, similaridade, modo de comercialização praticado no mercado e logística de fornecimento dos itens. Visando



obter os benefícios da economia de escala, tendo em vista o Princípio da Economicidade, além de incentivar a participação de mais interessados na licitação, uma vez que se torna mais atrativo financeiramente, fomentando-se o interesse e garantindo-se o direito dos fornecedores de lançar suas propostas, em conformidade com os artigos 3º, § 1º, I, e 15, II, IV, da Antiga Lei de Licitações.

10.4.9. Por outro lado, optou-se pelo critério de julgamento e adjudicação por grupo, buscando evitar o aumento do número de contratados, com o intuito de preservar o máximo possível a rotina das unidades, que são afetadas por eventuais descompassos no fornecimento dos produtos por diferentes fornecedores, e ainda procurando lidar com um número menor de contratados, diminuindo o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, o que favorecerá o aumento da eficiência administrativa do setor público pela otimização do gerenciamento de seus contratos de fornecimento.

10.4.10. Portanto, a licitação por Grupo de itens é mais satisfatória para essa administração, do ponto de vista da eficiência técnica, por manter a qualidade do empreendimento, haja vista que o gerenciamento permanece todo o tempo a cargo de um mesmo administrador. Nesse ponto, as vantagens seriam o maior nível de controle pela Administração no recebimento e distribuição dos bens nas unidades administrativas, a maior interação entre as diferentes fases do empreendimento, a maior facilidade no cumprimento do cronograma preestabelecido e na observância dos prazos, concentração da responsabilidade pela execução do empreendimento em poucos fornecedores e concentração da garantia dos resultados.

10.4.11. É muito importante destacar o entendimento do relator Ministro José Jorge do Tribunal de contas da União – TCU:

(...) Em relação à alegada afronta à Súmula 247 do TCU, destacou o condutor do processo entendimento expresso em julgado de sua relatoria, no sentido de que “a adjudicação por grupo ou lote não pode ser tida, em princípio, como irregular (...) a Súmula nº 247 do TCU estabelece que as compras devam ser realizadas por item e não por preço global, sempre que não haja prejuízo para o conjunto ou perda da economia de escala”. Nesse sentido, entendeu o relator que não houve a alegada afronta à jurisprudência do TCU, ressaltando que “a interpretação da Súmula/TCU 247 não pode se restringir à sua literalidade, quando ela se refere a itens. A partir de uma interpretação sistêmica, há de se entender itens, lotes e grupos”. Acórdão 5134/2014-Segunda Câmara, TC 015.249/2014-0, relator Ministro José Jorge, 23.9.2014. (Grifei)

10.4.12. Colaciona-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre a matéria:

“3. O fracionamento das compras, obras e serviços, somente pode ocorrer com demonstração técnica e econômica de que tal opção é viável, bem como que enseja melhor atingir o interesse público, manifestado pela ampliação da concorrência.” (Grifei)

10.4.13. Por oportuno, colaciona-se a orientação do Tribunal de Contas da União, no sentido de que a formação de grupos (lotes) deve ser precedida de forte justificativa:

“9.3.1. a opção de se licitar por itens agrupados deve estar acompanhada de justificativa, devidamente fundamentada, da vantagem da escolha, em atenção aos artigos 3º, § 1º, I, 15, IV e 23, §§ 1º e 2º, todos da Antiga Lei de Licitações;” (Grifei)

10.4.14. Sobre o tema, vale citar a obra “Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos”, vários autores, da editora Malheiros, na página 74, o seguinte trecho:

“(...) em geral, a economia de escala é instrumento fundamental para diminuição de custos. Quanto maior a quantidade a ser negociada, menor o custo unitário, que em decorrência do barateamento do custo da produção (economia de escala na indústria), quer porque há diminuição da margem de lucro (economia de escala geralmente encontrada no comércio)”.



10.4.15. A Administração deve, também, promover a divisão em grupos do objeto licitado, quando disso resultar aumento da competitividade entre interessados e for ela economicamente e tecnicamente viável.

Acórdão 607/2008 Plenário (Sumário)

10.4.16. Essa eficiência administrativa também é de estatura constitucional e deve ser buscada pela administração pública, sendo que inexistente ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por grupo, e não por item, desde que os grupos sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si, conforme Acórdão 5.260/2011-1a Câmara, TCU.

10.4.17. É importante que o ato convocatório informe o modo de apresentação dos preços, ou seja, se os preços devem, por exemplo, ser cotados: por item, global, lote ou grupo etc., fixos ou reajustáveis. (Tribunal de Contas da União, Licitações e Contratos - Orientações e Jurisprudência do TCU, p. 479).

10.4.18. Dentre outros, HELY LOPES MEIRELLES sustenta que:

“A divisibilidade do objeto do julgamento é possível desde que o pedido no edital conste de itens ou subitens distintos, admitindo mais de um vencedor, e a proposta possa ser aceita por partes. Nesse caso, a adjudicação, a homologação ou a anulação do julgamento podem ser parciais, mantendo-se o que está correto e invalidando-se o que está ilegal no julgamento. (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato administrativo. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 1999. p. 150)”

10.4.19. Ou seja, para HELY LOPES MEIRELLES o julgamento por itens é possível. Isso significa que o julgamento por lote, que é a opção que resta, também é possível.

10.4.20. De toda sorte, o legislador não vedou totalmente a possibilidade da deflagração da licitação por grupo, bastando à administração se ater a não haver prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, evitando restringir a competitividade, verificada a viabilidade para atender a supremacia do interesse público.

11. Resultados Pretendidos em Termos de Economicidade e de Melhor Aproveitamento dos Recursos Humanos, Materiais ou Financeiros Disponíveis:

11.1. Com a aquisição pretendida esperamos alcançar os resultados abaixo mencionados:

11.1.1. A aquisição de material de consumo como baterias, pneus, filtros e derivados de petróleo para a secretaria de Educação do município de Ararendá-CE visa alcançar diversos resultados pretendidos. Vou detalhar alguns deles:

11.1.2 Economicidade e eficiência energética: **Diminuição dos custos de aquisição** de baterias, pneus, filtros e lubrificantes através de, Consolidação das compras e negociação de contratos anuais. Comparação sistemática de fornecedores e preços. Utilização de critérios de custo total do ciclo de vida (durabilidade, garantia, manutenção). **Redução do desperdício** mediante: Melhor gestão de stocks (evitar sobre-armazenamento e prazos de validade expirados) implementação de centros de recolha e reaproveitamento de resíduos (óleos usados, baterias, filtros). **Aumento da vida útil dos materiais**, por: Melhoria dos planos de manutenção preventiva. Adoção de produtos com maior resistência e desempenho.

11.1.3 Melhor aproveitamento dos recursos humanos: **Otimização da distribuição das tarefas** da equipa, assegurando: Maior produtividade e menor retrabalho. Especialização por área (pneus, baterias, filtros e combustíveis) quando adequado. **Capacitação técnica contínua**, com formação em: Diagnóstico de falhas de materiais. Boas práticas ambientais (descarga, armazenamento, descarte). Técnicas de manutenção preventiva e corretiva. **Melhoria dos fluxos de comunicação** entre equipas de manutenção, armazém e logística, garantindo resposta mais rápida e eficiente.

11.1.4. Sustentabilidade e planeamento a longo prazo: **Gestão adequada de resíduos** (óleos usados, baterias, filtros contaminados), alinhada com legislação ambiental. **Promoção da economia circular** através de: Recondicionamento quando possível. Parcerias com recicladores licenciados. Redução da pegada ecológica associada ao uso de derivados de petróleo.

11.2. Em resumo, a aquisição desses itens visa melhorar a infraestrutura, a produtividade e a qualidade dos serviços prestados pelas secretarias em Ararendá-CE.

12. Contratações correlatas e/ou interdependentes:



12.1. Não haverá dependência de serviços ou instalações em decorrência do fornecimento do referido produto na aquisição em comento, portanto a presente contratação configura-se em aquisição **CORRELATA**.

13. Providências para Adequação do Ambiente do Órgão:

13.1. Não haverá necessidade de adequação de infraestrutura, espaço físico e mobiliário por parte da Administração.

14. Declaração da Viabilidade ou Não da Contratação:

14.1 Com base nos elementos anteriores do presente documento de Estudos Preliminares realizado por esta Equipe de Planejamento, **DECLARAMOS** que:

☒ **É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante.

☐ **NÃO É VIÁVEL** a contratação proposta pela unidade requisitante.

14.2. A Equipe de Planejamento identificada abaixo chegou à conclusão acima em razão do(s) seguinte(s) motivo(s):

14.3. Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita no item "**DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**" se mostra tecnicamente possível e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

15. Equipe de Planejamento:

15.1. Certifico que sou responsável pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Técnico Preliminares (ETP) do Órgão Gerenciador e Participante (s) e que o mesmo traz os conteúdos previstos para a contratação pretendida.

Ararendá-CE, 28 de novembro de 2025.

LUCAS ALVES DA CONCEIÇÃO ARAÚJO
Responsável pelo Planejamento das Contratações

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS
Art. 18, inciso X da Lei 14.133/2021



Unidade Requisitante

Secretaria Municipal de Educação.



Equipe de Planejamento

LUCAS ALVES DA CONCEIÇÃO ARAÚJO.



Objeto Detalhado

AQUISIÇÃO DE BATERIAS, PNEUS, FILTROS E DERIVADOS DE PETROLEO DESTINADO AOS VEICULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR LOTADOS NAS UNIDADES EDUCACIONAIS DO ENSINO MEDIO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARARENDÁ/CE. (CONVENIO SEDUC-ESTADO).

O presente gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso do planejamento da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual.

O Mapa de Gerenciamento de Riscos contém a identificação e a análise dos principais riscos, consistindo na compreensão da natureza e determinação do nível de risco, que corresponde à combinação do impacto e de suas probabilidades que possam comprometer a efetividade da contratação, bem como o alcance dos resultados pretendidos com a solução a ser contratada.

Para cada risco identificado, definiu-se: a probabilidade de ocorrência dos eventos, os possíveis danos e impacto caso o risco ocorra, possíveis ações preventivas e de contingência (respostas aos riscos), bem como o registro e o acompanhamento das ações de tratamento dos riscos.

Para estimar o nível dos riscos, utilizou-se a matriz abaixo recomendada no Referencial Básico de Gestão de Riscos do TCU.

ESCALA DE PROBABILIDADES		
PROBABILIDADE	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixa	Improvável. Em situações excepcionais, o evento poderá até ocorrer, mas nada nas circunstâncias indica essa possibilidade.	1
Baixa	Rara. De forma inesperada ou casual, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias pouco indicam essa possibilidade.	2
Média	Possível. De alguma forma, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam moderadamente essa possibilidade.	5
Alta	Provável. De forma até esperada, o evento poderá ocorrer, pois as circunstâncias indicam fortemente essa possibilidade.	8
Muito Alta	Praticamente certa. De forma inequívoca, o evento ocorrerá, às circunstâncias indicam claramente essa possibilidade.	10



ESCALA DE CONSEQUÊNCIAS		
IMPACTO	DESCRIÇÃO DA PROBABILIDADE, DESCONSIDERANDO OS CONTROLES	PESO
Muito Baixo	Mínimo impacto nos objetivos (estratégicos, operacionais, de informação/comunicação/divulgação ou de conformidade).	1
Baixo	Pequeno impacto nos objetivos (idem)	2
Médio	Moderado impacto nos objetivos (idem), porém recuperável.	5
Alto	Significativo impacto nos objetivos (idem), de difícil reversão	8
Muito Alto	Catastrófico impacto nos objetivos (idem), de forma irreversível.	10

MATRIZ DE RISCO						
I M P A	MUITO ALTO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO	RISCO EXTREMO
	ALTO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO	RISCO EXTREMO
	MÉDIO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO ALTO	RISCO ALTO
	BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO	RISCO MÉDIO
	MUITO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO BAIXO	RISCO MÉDIO
		MUITO BAIXA	BAIXA	MÉDIA	ALTA	MUITO ALTA
	PROBABILIDADE					

Em atendimento ao inciso X do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento visa analisar os riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual.

Risco Alto - Baixa Qualidade dos Fornecedores		
Etapa	Impacto	Probabilidade
Seleção do Fornecedor	Alto	Média
Dano		
Fornecimento de serviços ou produtos de baixa qualidade pode comprometer o projeto.		
Ações Preventivas		Responsável
Implementar critérios rigorosos de seleção e avaliação dos fornecedores.		COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Ações de Contingência		Responsável
Estabelecer contratos com cláusulas que permitem a rescisão por não conformidade.		COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO



Risco Alto - Falta de Fornecedores Capacitados		
Etapa	Impacto	Probabilidade
Planejamento	Médio	Alta
Dano		
Dificuldade na contratação de fornecedores com capacidade técnica e estrutural adequada.		
Ações Preventivas		Responsável
Promover eventos e treinamentos para capacitar potenciais fornecedores locais.		SECRETARIA COMPETENTE
Mapear previamente o mercado para identificar fornecedores em potencial.		SECRETARIA COMPETENTE
Ações de Contingência		Responsável
Ampliar a pesquisa de mercado para outras regiões próximas.		SETOR DE COMPRAS
Desenvolver parcerias com órgãos que promovam o desenvolvimento de fornecedores locais.		SECRETARIA COMPETENTE
Risco Médio - Desistência dos Fornecedores Durante a Execução		
Etapa	Impacto	Probabilidade
Gestão Contratual	Muito Alto	Baixa
Dano		
Interrupção do fornecimento durante o projeto, causando atrasos e possíveis perdas financeiras.		
Ações Preventivas		Responsável
Estabelecer penalidades contratuais para desistências sem justificativa válida.		COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
Monitorar regularmente o desempenho e a satisfação dos fornecedores.		SECRETARIA COMPETENTE
Ações de Contingência		Responsável
Manter uma lista de fornecedores reserva para contratação imediata.		SECRETARIA COMPETENTE
Ajustar planos de contingência rapidamente em caso de desistência.		SECRETARIA COMPETENTE

Ararendá - CE, 28 de novembro de 2025.

LUCAS ALVES DA CONCEIÇÃO ARAÚJO

Responsável pelo Planejamento das Contratações